



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto prejuízo poração)

### INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OS EFEITOS ADVERSOS RELACIONADOS AO CORONAVÍRUS

Até a aprovação destas demonstrações financeiras, os indicadores financeiros demonstram a manutenção de parte substancial das suas receitas e margens. Adicionalmente, nos exercícios de 2020, 2021 e 2022 a Companhia direcionou esforços principalmente à redução de despesas, custos fixos e variáveis, preservação da caixa e manutenção de sua posição de liquidez, suficientes para o atravessamento da crise instalada no Brasil.

### CONTEXTO OPERACIONAL

**Postergação do Reajuste Tarifário Anual**  
 Termo aditivo modificativo coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426: O presente Termo Aditivo Modificativo Coletivo tem por objeto a promoção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelo Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022 (data da assinatura: 17 de agosto de 2022). A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em função dos efeitos decorrentes da não aplicação do reajuste das tarifas mencionado acima, dar-se-á mediante emprego de verbos do Tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo Poder Concedente, nos termos do TAM, nas contas bancárias a serem indicadas pela concessionária. Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário de 11,73%, referente ao exercício de 2021-2022, vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
VEPs <sup>1</sup>	15.718	14.685	7,0%	61.022	55.478	10,0%
Veículos Leves	6.132	5.866	4,5%	23.233	20.882	11,3%
Veículos Pesados	9.586	8.819	8,7%	37.788	34.596	9,2%
Tráfego <sup>2</sup>	8.581	8.194	4,7%	32.913	29.951	9,9%
Veículos Leves	6.264	6.003	4,3%	23.786	21.420	11,0%
Veículos Pesados	2.317	2.191	5,7%	9.127	8.531	7,0%
Tarifa Média (R\$)	10,53	9,38	12,2%	10,02	8,95	11,9%

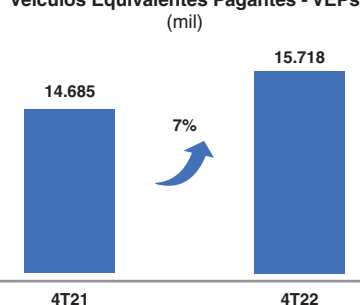
<sup>1</sup> VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos pagantes de cada veículo.  
<sup>2</sup> Refere-se a quantidade de veículos pagantes que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado <sup>1,2</sup>	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/22 sobre Jan-Dez/21): Brasil	15,3%	2,4%	12,3%

<sup>1</sup> Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers  
<sup>2</sup> Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABRV, disponível em: <https://melhoresrodovias.org.br/indice-abrv/>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABRV e da Companhia Consultoria Índice ABRV Brasil -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 12,3% no fluxo total de veículos no exercício.

### Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs (mil)



No quarto trimestre do ano, as oito praças de pedágio da Entrevias registraram 15,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 7% na comparação com o mesmo período de 2021. Os veículos pesados apresentaram aumento de 8,7%. Nos veículos leves houve um aumento de 4,5%.

### DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional (R\$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	253.237	211.925	19,5%	886.811	841.183	5,4%
Receita de Construção (IFRS)	(86.905)	(72.639)	19,6%	(268.125)	(334.057)	-19,7%
Receita Bruta Ajustada <sup>1</sup>	166.332	139.286	19,4%	618.686	507.126	22,0%
Recargas com Pedágio	165.550	138.746	19,3%	611.183	503.899	21,3%
Recargas Acessórias	743	506	46,8%	2.870	1.655	73,4%
Outras	38	34	11,8%	4.633	1.572	1,9
Deduções da Receita Bruta	(14.384)	(12.121)	18,7%	(53.119)	(43.809)	21,2%
Receita Líquida Ajustada <sup>1</sup>	151.948	127.165	19,5%	565.567	463.317	22,1%

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção A Receita Líquida Ajustada do exercício de 2022 apresentou um aumento de 22,1% frente a verificada no exercício de 2021, em virtude da retomada da atividade econômica e do reajuste tarifário de 11,73% contabilizado a partir de 6 de julho de 2022.

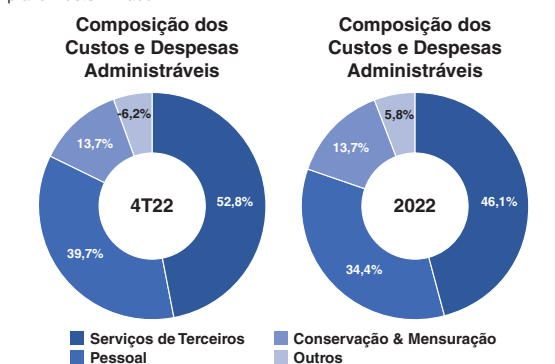
### Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ mil) <sup>1</sup>	4T22	4T21	2022	2021	
Pessoal	(11.952)	(9.456)	26,4%	(47.155)	(44.069)
Conservação & Manutenção	(4.118)	(4.448)	-7,4%	(18.810)	(15.876)
Serviços de Terceiros	(15.883)	(16.473)	-3,6%	(63.099)	(62.084)
Seguros	(734)	(659)	11,4%	(2.870)	(2.942)
Locações de imóveis e máquinas	(21)	(106)	-80,2%	(116)	(298)
Outras despesas operacionais	2.631	(4.991)	-152,7%	(4.966)	(10.938)

Custos & Despesas Administráveis	30.077	(36.133)	-16,8%	(137.016)	(136.208)	0,6%
Outorga Variável + Ônus de Fiscalização	(4.976)	(4.159)	19,6%	(15.907)	(16.240)	-2,1%
Depreciação & Amortização	(19.874)	(20.451)	-2,8%	(81.230)	(80.729)	0,6%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados <sup>2</sup>	(54.927)	(60.743)	-9,6%	(234.153)	(233.177)	0,4%
Custo de Construção (IFRS)	(86.905)	(72.641)	19,6%	(268.125)	(334.057)	-19,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(17.219)	(16.783)	2,6%	(70.973)	(65.317)	8,7%
Provisões Regulatória, Cível e Trabalhista	(12.872)	(1.377)	834,6%	(16.983)	(11.537)	47,2%
Custos & Despesas Operacionais	(171.923)	(151.543)	13,4%	(590.234)	(644.087)	-8,4%

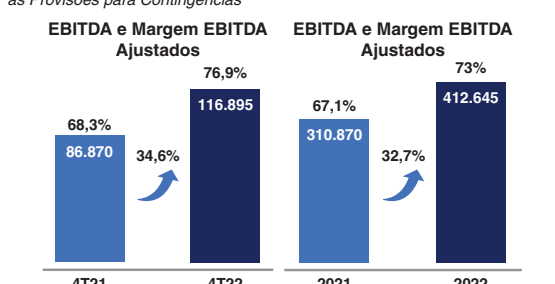
<sup>1</sup> A abertura entre custos e despesas operacionais consta da NE 20  
<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção, à Provisão de Manutenção e às Provisões Regulatórias, Cíveis e Trabalhistas

Os Custos & Despesas Operacionais do exercício de 2022 apresentaram uma redução de 8,4% comparado ao exercício de 2021. Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o Termo Aditivo 01/2021, que tem por objetivo implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulavam vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais. Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado.



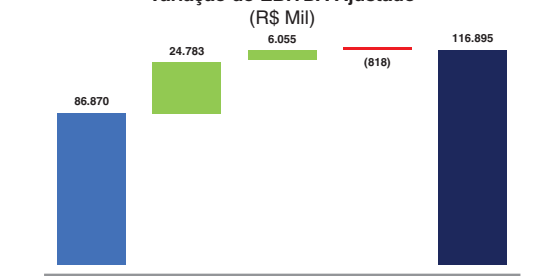
EBITDA e Margem EBITDA	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
EBITDA (R\$ mil)	3.843	(47.740)	-91,9%	(47.839)	(164.193)	-70,9%
Prejuízo Líquido	(3.843)	(47.740)	-91,9%	(47.839)	(164.193)	-70,9%
Despesas e Receitas Financeiras Líquidas	72.596	120.521	-39,8%	315.733	400.705	-21,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.824)	(24.522)	-92,6%	(24.436)	(83.225)	-70,6%
Depreciação e Amortização	19.874	20.451	-2,8%	81.230	80.729	0,6%
EBITDA ICMV 527	86.803	68.710	26,3%	324.689	234.016	38,7%
Margem EBITDA	57,1%	54,0%	3,1 p.p.	57,4%	50,5%	6,9 p.p.
Provisão de Manutenção (IFRS)	17.219	16.783	2,6%	70.973	65.317	8,7%
Provisão para Contingências	12.872	1.377	834,6%	16.983	11.537	47,2%
EBITDA Ajustado <sup>1</sup>	116.895	86.870	34,6%	412.645	310.870	32,7%
Margem EBITDA Ajustada <sup>1</sup>	76,9%	68,3%	8,6 p.p.	73,0%	67,1%	5,9 p.p.

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Provisão de Manutenção e às Provisões para Contingências

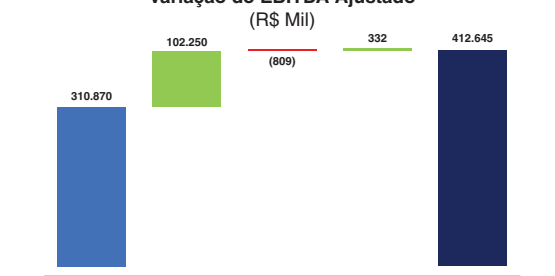


O EBITDA Ajustado do exercício de 2022 foi de R\$ 412,6 milhões, um aumento de 32,7% comparado ao exercício de 2021.

### Variação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)



### Variação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)



### Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Resultado Financeiro	(72.596)	(120.521)	-39,8%	(315.733)	(400.705)	-21,2%
Receitas Financeiras	9.286	4.950	87,6%	31.891	13.593	134,6%
Juros sobre aplicações financeiras	9.172	4.837	89,6%	31.280	12.674	146,8%
Juros de arrendamento	114	113	0,9%	611	919	-33,6%
Despesas Financeiras	(81.882)	(125.471)	-34,7%	(347.624)	(414.298)	-16,1%
Juros e variação monetária sobre debêntures	(72.621)	(120.039)	-39,5%	(323.031)	(394.625)	-18,1%
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.447)	(1.585)	-8,7%	(6.700)	(6.700)	0,0%
Juros de arrendamento	(82)	(97)	-15,6%	(304)	(635)	-52,1%
Outros	(7.732)	(3.750)	106,2%	(17.589)	(12.338)	42,6%
Inflação e Juros						
IPCA Últimos 12 meses				5,79%	10,06%	-4,3 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses				12,43%	4,40%	8,0 pp

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	2022	2021
Fornecedores	11	49.555	37.971
Credor pela concessão	12	1.081	2.936
Adiantamento de clientes		4.519	2.199
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		7.333	7.025
Impostos, taxas e contribuições	7.b	11.107	10.693
Outras contas a pagar		275	122
Contas a pagar com partes relacionadas	14	581	419
Passivo de arrendamento	16	90	2.398
Provisão para manutenção	15	27.019	15.944
Debêntures	13	3.594	3.413
Total do passivo circulante		105.152	83.120
Patrimônio Líquido			
Capital social integralizado	18	580.628	580.628
Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	13	11.509	11.509
Prejuízos acumulados		(502.567)	(454.728)
Total do patrimônio líquido		89.570	137.409
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.971.319	2.723.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo Circulante	Nota explicativa	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	199.201	108.606
Aplicações financeiras vinculadas	4	38.335	87.183
Contas a receber	5	41.557	34.611
Contas a receber de partes relacionadas	14	446	1.135
Estoques	6	9.591	9.030
Adiantamento a fornecedores		2.868	3.681
Despesas antecipadas		2.546	1.586
Outros ativos	23	4.729	4.384
Total do ativo circulante		299.274	250.267
Não Circulante			
Outros ativos	23	11	10
Juros sobre contratos de arrendamento	7.a	6.555	15.894
Impostos diferidos	8	258.204	233.768
Imobilizado	9	13.796	14.156
Intangível	10	1.539.378	1.593.092
Infraestrutura em construção	10	854.100	615.904
Total do ativo não circulante		2.672.044	2.472.824
Total do Ativo		2.971.319	2.723.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	2022	2021
Prejuízo do exercício		(47.839)	(164.193)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	20	81.230	80.729
Lucro líquido do intangível e imobilizado baixado		5	(340)
Provisão manutenção	15	79.138	74.444
Provisão para riscos		18.620	13.177
Encargos financeiros e variação monetária sobre as debêntures	13	329.731	401.325
Receita financeira de títulos e valores mobiliários		(22.924)	(805)
Juros sobre contratos de arrendamento	16	304	635
Impostos diferidos	8	(24.436)	(83.225)
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(6.207)	(8.233)
Estoques		(561)	(1.278)
Impostos a recuperar		9.338	(1.159)
Adiantamento a fornecedores		811	2.657

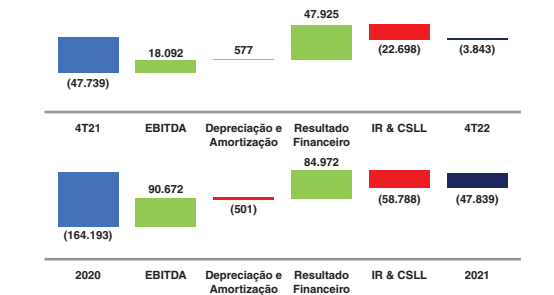
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	Nota explicativa	2022	2021
Despesas antecipadas		(960)	72
Outros ativos		(346)	(81)
Fornecedores		(50.509)	(50.921)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		308	(772)
Credor pela concessão - outorga variável		(1.655)	1.116
Impostos, taxas e contribuições		414	2.070
Provisão para riscos processuais	17	(5.283)	
Outras contas a pagar		2.474	1.980
Juros pagos	13	(91.255)	(85.934)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		270.327	181.264
Capital social integralizado			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras vinculadas		71.772	26.066
Aquisições de imobilizado	9	(3.173)	(5.972)
Aquisições de intangível	25	(238.289)	(299.707)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(169.689)	(279.613)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O Resultado Financeiro do exercício de 2022 apresentou uma redução do prejuízo de 21,2%, em comparação ao exercício de 2021. A melhora do resultado financeiro ocorreu pelo aumento das receitas financeiras, impactadas pelo aumento do CDI, e pela redução das despesas financeiras devido à queda do IPCA, que incide sobre a atualização monetária das debêntures.

Resultado do Exercício	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Resultado Líquido (R\$ mil)						
Resultado do Período	(3.843)	(47.740)	-91,9%	(47.839)	(164.193)	-70,9%

O resultado do exercício de 2022 foi prejuízo de R\$ 47,8 milhões, uma redução de 70,9% comparado ao prejuízo do exercício de 2021.



### Disponibilidades e Endividamento

Investimentos (R\$ mil)	2022	2021	Δ
Dívida			







**Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.**

CNPJ/ME nº 26.664.057/0001-89 - NIRE nº 35.3.0049866-6

**Demonstrações  
Financeiras  
2022**

nário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável. • Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente). • Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2022
Ativos e passivos financeiros	
Caixas e equivalentes de caixa	199.201
Aplicações financeiras vinculadas	38.335
Debêntures (*)	(2.581.399)
<b>Total</b>	<b>(2.818.936)</b>

**Impacto no resultado e patrimônio líquido**

(\*) O valor da 1ª emissão de debêntures, está sendo apresentado sem o saldo redutor de prêmio de opção debêntures e inclui os custos de transação a amortizar.

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% ao ano)	12,50%	15,63%	18,75%	9,38%	6,25%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,48%	6,85%	8,22%	4,11%	2,74%

Os indicadores utilizados para 2023 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2022. Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário. *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros*: Em 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 2)	(Nível 3)	(Nível 2)	(Nível 3)
	%	Valor	25%	50%	25%	50%
CDI	12,50%	24.900	31.125	37.350	18.675	12.450
CDI	12,50%	4.792	5.990	7.188	3.594	2.396
IPCA	5,48%	(141.461)	(176.826)	(212.191)	(106.096)	(70.730)
		(171.153)	(213.941)	(256.729)	(128.365)	(85.576)
			(42.788)	(85.568)	42.788	85.568

#### 24. SEGUROS E GARANTIAS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. Em 31 de dezembro de 2022, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2023
Riscos nomeados e operacionais	210.00	Até julho de 2023
Veículos - frota	13.329	Até julho de 2023
D&O	30.000	Até agosto de 2023
Risco de engenharia	597.233	Até julho de 2023
Seguro garantia	535.061	Até junho de 2023
Fiança Locatícia	291	Até fevereiro de 2024
Seguro Garantia Judicial	44.001	Até dezembro de 2027
Seguro Patrimonial - Galpões	5.500	Até novembro de 2026

#### 25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	2022	2021
Custo com aquisição intangível	262.314	323.287
Saldo de fornecedor no fim do exercício	(24.025)	(23.580)
	<b>238.289</b>	<b>299.707</b>

## A DIRETORIA

**Clara Maria da Cunha Ferraz**  
Presidente

**Gilson de Oliveira Carvalho**  
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

**Daniel Lavorini**  
Contador CRC 1SP241985/O-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
**Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.**  
Sertãozinho - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja a Nota explicativa nº 2.4, 2.5 (v) e 10 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R\$ 2.393.478 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. Para a realização do teste de redução ao valor recuperável dos ativos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance): (i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração
A elaboração dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente envolvem o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI).	- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.	- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### Realização dos ativos fiscais diferidos

Veja a Nota explicativa nº 2.4, e 2.5 (iii) e 8 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 258.204 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance): (i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração.
As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão.	- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.	- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos  
**Demonstração do valor adicionado**  
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 07 de Março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi  
Contador CRC 1SP217348/O-5